



Fotos Josénildo Tenório — Telefotos Estado

Os potiguaras estão resolvidos a acabar com as invasões de sua reserva

Índios querem demarcar reserva por conta própria

ESP 12.12.78

RAIMUNDO NONATO
Correspondente
em João Pessoa

Cerca de 3 mil índios ameaçam demarcar, por conta própria, as terras da reserva Potiguara, caso a Funai não execute o trabalho até o próximo dia 19. Com isso, o clima de tensão já existente na área tende a se agravar ainda mais. A reserva está localizada no município de Baía da Traição, no litoral paraibano, a 80 quilômetros de João Pessoa. No século XVIII, o rei de Portugal doou as terras — como sesmaria — aos potiguaras, que ali se instalaram há várias gerações.

Os índios denunciaram a invasão da área por grandes companhias, proprietários e até órgãos públicos, como o Inera, e acusam a Funai de se omitir quanto a uma solução definitiva para o problema. A demarcação está prevista pela Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do índio, fixando o prazo de cinco anos para a delimitação. Em abril de 1976, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, baixou edital anunciando a demarcação, mas esta vem sendo adiada sob a alegação de falta de recursos. Existem 29 aldeias na reserva, sendo a São Francisco a mais populosa, com cerca de 800 índios.

O próprio chefe do posto indígena potiguara, Hamilton Lima Soares, reconhece que a situação é insustentável e teme, inclusive, a ocorrência de sérios conflitos se não for providenciada a demarcação. No mês passado chegaram a ocorrer alguns incidentes, quando os índios reagiram à presença de topógrafos contratados por posseiros instalados na área, tendo tomado os equipamentos de trabalho dos técnicos, um dos quais ficou com os braços feridos — segundo infor-

mações das autoridades de Baía da Traição.

Uma comissão de representantes dos índios esteve na semana passada no I Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, para denunciar o clima de intranquilidade provocado pela invasão dos posseiros e pedir providências. Anteriormente, outro grupo foi a Brasília para exigir a demarcação diretamente à Funai.

O problema da ocupação ilegal de terras por posseiros e grandes companhias na reserva de Baía da Traição se arrasta há dezenas de anos. Em 1966 ocorreu um dos conflitos mais graves, envolvendo potiguaras e capangas armados de rifles, que estavam a serviço de um fazendeiro conhecido como major Faria. Este se apossou de uma área que lhe foi cedida por outro invasor, Zeca Tavares. No confronto morreram dois índios após forte resistência à penetração dos invasores.

A extensão das terras sob jurisdição do posto é muito ampla, mas os índios e funcionários não têm documentos a respeito dos limites, o que impede proteção mais rigorosa da área, cujas riquezas poderão permitir futuramente a independência econômica das famílias. Cerca de 20 proprietários estão instalados em Baía da Traição, exibindo escrituras falsas e títulos de posse forjados em cartórios ou outros órgãos públicos. Um relatório enviado pelo posto indígena à administração central da Funai revela que os índios não têm direito a cultivar nem dois terços das terras, embora sejam os legítimos herdeiros.

As maiores queixas são contra a Companhia de Tecidos Faulista — Fábrica Rio Tinto, que se diz possuidora do Engenho Camará, localizado na área indígena. Na propriedade Barra de Camaratuba, os herdeiros

de Manoel Maximiano têm grande plantação de coqueiros frutíferos e nunca pagaram rendas das terras ocupadas pelo sítio. Grandes criadores e agricultores também se apossaram de áreas da reserva, pagando imposto territorial com declaração falsa de possuidores de terras. Algumas companhias que se instalaram na região passaram a fazer benfeitorias, iniciar extensas plantações de árvores frutíferas e engenhos de cana. A ameaça mais recente é de uma grande empresa que se fixou na área ilegalmente, montando uma destilaria de álcool perto do rio que atende as necessidades dos índios entre os municípios de Rio Tinto e Mataraca.

Os potiguaras vivem da terra, tendo como atividade principal a agricultura de subsistência. Entretanto, com a crescente invasão da área, temem perder o direito de posse das terras e tornar-se assalariados dos proprietários que lá se instalaram. Muitos dos invasores fixaram-se na região como arrendatários e com o tempo passaram a ameaçar os índios de despejo e expulsão.